

Des. Paulo Ponte fala de suas metas à frente da Esmec, durante reunião da Enfam com as Escolas da Magistratura de todo o País

Em encontro realizado no dia 23/02/15, em Brasília/DF, com Diretores e Coordenadores Pedagógicos das escolas judiciais e da magistratura do todo o País, o desembargador Paulo Francisco Banhos Ponte elencou algumas ações que pretende por em prática durante sua gestão à frente da Esmec.

A reunião, ocorrida na sede da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), foi aberta pelo ministro João Otávio de Noronha, Diretor-

Geral.

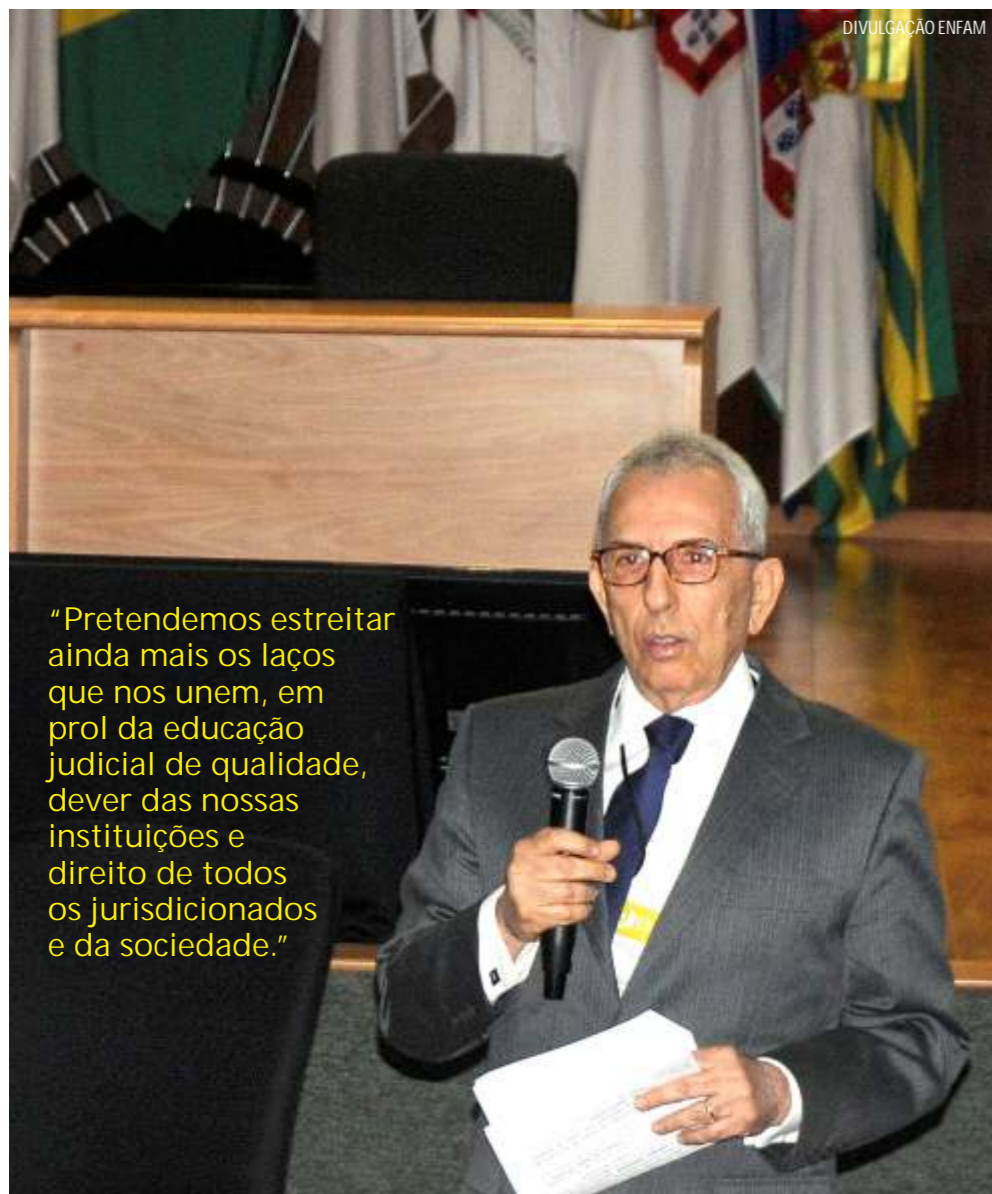
Em seguida, cada dirigente de escola judicial e da magistratura estadual apresentou o relatório de atividades de sua instituição no ano de 2014.

Depois foi a vez de exporem as metas para 2015, assim como as dificuldades e oportunidades que terão no âmbito administrativo-pedagógico.

Acompanhou o Diretor da Esmec no encontro o Assessor Pedagógico da Escola, Flávio José Moreira Gonçalves.

O desembargador Paulo Ponte destacou a importância da parceria com a Enfam, bem como a necessidade da Esmec estar em sintonia com as práticas que demandam orientações da Escola Nacional.

Em seu discurso, o magistrado citou as principais realizações da gestão passada da Esmec (quando esteve à frente da Escola o Des. Haroldo Máximo), e descreveu algumas atividades que pretende desenvolver em sua administração (veja no quadro abaixo).



“Pretendemos estreitar ainda mais os laços que nos unem, em prol da educação judicial de qualidade, dever das nossas instituições e direito de todos os jurisdicionados e da sociedade.”

Atividades que a nova gestão da Esmec pretende desenvolver, em parceria com a Enfam:

- Capacitar todos os docentes, mesmo utilizando a Educação a Distância ou semipresencial, para que atuem com desenvoltura na aplicação de metodologias ativas de aprendizagem, a exemplo do que já foi realizando no Curso de Formação de Formadores da Enfam, na Esmec;
- Realizar oficinas pedagógicas com os docentes e equipe pedagógica que orientem quanto ao planejamento, construção e avaliação de aprendizagem nos estudos de caso e simulações;
- Ampliar a oferta de cursos de formação continuada, a fim de atingir os objetivos almejados pela educação judicial;
- Ofertar o Curso de Formação Inicial (com Módulo Nacional a ser cursado em Brasília) para os juizes cearenses que forem aprovados no concurso em andamento no Tribunal de Justiça do Ceará, previsto para ser concluído em todas as suas etapas em abril ou maio deste ano;
- Ofertar cursos EaD em parceria, contando com o apoio sobretudo da Enfam e do Ceajud/CNJ para treinar e capacitar servidores, visando à criação e estruturação do Núcleo de Educação a Distância (NEaD) da Esmec.

Desembargador Paulo Francisco Banhos Ponte assume a Diretoria da Escola Superior da Magistratura do Ceará



“Democrata por convicção, nossa administração será levada a efeito dentro do plano do diálogo e da parceria.”

(Págs. 06 a 09)

VEJA TAMBÉM:

Esmec sedia o primeiro evento do ciclo de palestras sobre o novo CPC (Pág. 03)

Escola poderá ofertar curso de Especialização em Gestão Pública em parceria com a Uece (Pág. 04)

Ex-dirigentes se reúnem com o Des. Paulo Ponte e apresentam sugestões (Pág. 05)

Novo gestor da Esmec apresenta suas propostas no encontro promovido pela Enfam, em Brasília (Pág. 12)

Esmec, Justiça Federal, MP e OAB assinam Termo de Cooperação para a realização do ciclo de palestras sobre o novo CPC

Foi assinado no dia 13/03/15, no gabinete do desembargador Paulo Ponte, no Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), o Termo de Cooperação Técnica para a realização do ciclo de palestras e mesas redondas intitulado “O Novo Processo Civil Brasileiro”, que se desenvolverá ao longo de 2015.

Assinaram o documento o desembargador Paulo Ponte, Diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec); juiz federal Leonardo Resende Martins, Diretor do Foro da Justiça Federal no Ceará; procurador Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado, Procurador Geral de Justiça do Ceará; promotor Benedito Augusto da Silva Neto, Diretor da Escola Superior do Ministério Público (ESMP); e o advogado Valdetário Andrade Monteiro, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Ceará (OAB/CE).

Participaram também do ato o juiz Aluísio Gurgel do Amaral Júnior, Coordenador Geral da Esmec, e o advogado Tiago Asfor Rocha Lima.

A parceria objetiva a realização de um ciclo de palestras e mesas redondas para divulgação do novo Código de Processo Civil (CPC) junto à comunidade jurídica cearense, visando ao desenvolvimento de ações voltadas ao aperfeiçoamento de juízes, membros do MP e advogados, e ao treinamento e capacitação de servidores, a serem realizadas mensalmente, de preferência na última sexta-feira de cada mês, nas instalações da Esmec, ESMP, Justiça Federal do Ceará e OAB/CE.

PRIMEIRO EVENTO

Está programado para o dia 27/03, de 14 às 18 horas, no auditório da Esmec, o primeiro evento do ciclo de palestras. Dentre os palestrantes, já

confirmaram presença os ministros Napoleão Nunes Maia Filho, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e Bruno Dantas Nascimento, do Tribunal de Contas da União (TCU), além do jurista Fredie Souza Didier Júnior. Veja o perfil dos convidados:

- Napoleão Nunes Maia foi empossado no STJ em maio de 2007. É Mestre em Direito pela UFC, professor do Curso de Mestrado em Direito da UFC e Livre Docente em Direito Público/Direito Processual Civil na Universidade Vale do Acaraú-UVA. Foi Diretor da Escola da Magistratura Federal da 5ª. Região.

- Bruno Dantas tomou posse em agosto de 2014 como ministro do TCU. É doutor e mestre em Direito Processual Civil. Foi consultor legislativo do Senado, consultor jurídico da presidência da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e membro dos Conselhos Nacionais de Justiça (CNJ) e do Ministério Público (CNMP).

- Fredie Didier é Mestre em Direito pela UFBA, Doutor em Direito pela PUC-SP, Pós-doutor na Universidade de Lisboa e livre-docência na USP. É membro dos Institutos Brasileiro de Direito Processual e Ibero-americano de Direito Processual, da International Association of Procedural Law, da Associação Brasileira de Direito Processual Constitucional e da Academia de Letras Jurídicas da Bahia.



Tiago Asfor, Valdetário Monteiro, promotor Benedito Silva Neto, Juiz Aluísio Gurgel e Des. Paulo Ponte.

Esmec faz consulta junto a magistrados e servidores para saber que cursos gostariam de ver ofertados

A Escola da Magistratura está promovendo uma enquete junto a magistrados e servidores da Justiça estadual, para identificar em que áreas estes públicos gostariam que a Instituição ofertasse cursos, seminários e palestras.

O link de acesso ao formulário da enquete foi encaminhado ao e-mail de todos os desembargadores, juízes, servidores (efetivos e comissionados) e terceirizados.

O questionário deve ser respondido até 31/03 pelos magistrados e 30/04

pelos servidores.

Na enquete, além de escolher em que áreas do Direito gostaria de fazer cursos (de curta duração e pós-graduação *lato sensu*) e apontar a modalidade preferida das aulas (presenciais, semipresenciais ou a distância), magistrados e servidores poderão também dizer se têm intenção de ser professor da Escola.

Com esta consulta, a Esmec pretende, cada vez mais, adequar a oferta de cursos, treinamentos, seminários e palestras às necessidades de magistrados e servidores.

ENQUETE

Que cursos gostaria de ver ofertados pela Esmec?

SUA PARTICIPAÇÃO É MUITO IMPORTANTE!

Polos terão cursos credenciados pela Enfam

Além da enquete com magistrados estaduais, os juízes dos Polos de Aprendizagem da Esmec estão sendo consultados sobre qual curso gostariam de ver ministrado em sua comarca pela Instituição. Estes cursos já foram credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). A validade do credenciamento expira até outubro de 2016. A intenção é que os Polos aproveitem a chancela da Enfam e ofereçam os cursos o quanto antes.

Os cursos são: Instrução Processual no Novo CPC (20 h/a), Fase Postulatória e Intervenção de Terceiros no Novo CPC (30 h/a), Dosimetria da Pena e Alternativas Penais (40 h/a), Técnicas de Interrogatório (15 h/a), Direito Registral Imobiliário e Notarial (40 h/a), Lógica e Argumentação Jurídica (15 h/a), Psicologia Jurídica e Judiciária (15 h/a), Sociologia do Direito e Antropologia Jurídica (15 h/a) e Relações Pessoais e Interinstitucionais (15 h/a).

Abertas as inscrições para o curso de Latim Jurídico



Prof. Carlos Campolina.

A Esmec está com inscrições abertas para o curso de Latim Jurídico, que será realizado de 18 a 21 de maio de 2015 pelo professor Antonio Carlos Campolina, uma das maiores autoridades brasileira nesta área, cujos cursos são ministrados em todo País, reunindo um número crescente de estudantes e profissionais do Direito.

O curso terá carga horária de 12 h/a e acontecerá sempre de 14h30 às 17h30. As inscrições serão encerradas no dia 11 de maio. Estão sendo ofertadas 60 vagas.

A pré-inscrição de magistrados é gratuita e deve ser feita exclusivamente através do e-mail esmec@tjce.jus.br, devendo o interessado informar o nome completo, a lotação/vara e um telefone para contato. Os demais interessados devem se inscrever na Secretaria da Esmec e o investimento é de R\$

150,00, a serem pagos de uma única vez, em dinheiro ou cheque pré-datado e nominal para 30 dias.

Esta é a terceira vez que a Esmec oferta o curso do professor para o Judiciário cearense.

Nascido em Ubá (MG), Carlos Campolina é bacharel em Letras pela Faculdade Izabela Hendrix, de Belo Horizonte, e especialista em língua latina pela Universidade Federal de Minas Gerais. É autor dos livros “S.P.Q.R. Latim Jurídico”, que está na 6ª edição, e “TVS Scriptvm – Aforismos & Expressões”, em 2ª edição. Há mais de vinte anos ministra cursos e palestras em renomados estabelecimentos e instituições de vários estados, tendo ultrapassado a marca de trezentas realizações.

Mais informações sobre o professor podem ser obtidas no site: www.latimjuridico.com.br.

Novo CPC

A Esmec, em parceria com o professor Daniel Miranda, está sediando mais uma edição do curso Novo Processo Civil Brasileiro. O conteúdo será ministrado em dois módulos autônomos e independentes: Teoria Geral e Processo de Conhecimento (50 h/a, ministrado às quartas-feiras, entre 19:00 e 22:30) e Processos nos Tribunais (50 h/a, aos sábados, entre 08:30 e 12:00).

Foram ofertadas 15 vagas gratuitas para magistrados, por módulo. Para servidores do Judiciário Estadual houve desconto de 20%. As aulas do primeiro módulo tiveram início no dia 11 de março.

Mais informações sobre o curso no site www.danielmiranda.com.br.

Técnica de Interrogatório

A Escola da Magistratura realizou nos dias 13 e 14 de março o curso Técnica de Interrogatório, ministrado pelo Prof. Me. Antonio Carlos Klein, juiz titular da 4ª Vara do Júri e ex-coordenador geral da Esmec. O curso teve carga horária de 15 h/a e foi credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), através da Portaria nº 33/2014.

Professor Emérito

Em reunião realizada dia 09/03/15, o Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Ceará (UFC) acatou a proposta de concessão do título de Professor Emérito para três docentes da Faculdade de Direito: desembargador Paulo Francisco Banhos Ponte (Diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará – Esmec), Wagner Barreira Filho e Hugo de Brito Machado.

Preparatório ao Mestrado

Diante da grande procura e do sucesso obtido nos quatro últimos anos, a Esmec está sediando mais uma edição do Curso de Teoria do Direito, de 60 h/a, organizado pela Cathedra Cursos Jurídicos, com foco no Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC). Foram disponibilizadas 15 vagas gratuitas para magistrados estaduais. As aulas tiveram início no dia 14/03/2015, e acontecem aos sábados, de 8:30 às 11:30 e de 14:30 às 17:30.

CONVITE DA ENFAM

Servidores da Esmec integram grupo de trabalho que irá aprimorar o sistema de avaliação das Escolas Judiciais

Os servidores da Esmec Flávio José Moreira Gonçalves (Assessor Pedagógico) e Maria de Fátima Neves da Silva (Presidente da Comissão Permanente de Avaliação Institucional - CPAI) estiveram nos dias 3 e 4 de março de 2015 em Brasília, participando de um encontro da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), que discutiu a elaboração de diretrizes para orientar as práticas avaliativas nas Escolas da Magistratura de todo País.

Com o tema “Fundamentos Teóricos e Normativos da Enfam sobre Avaliação numa Perspectiva Formativa”, o encontro foi conduzido pelo Prof. Dr. Erisevelton Silva Lima, da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Os dois pedagogos da Esmec integram o grupo de trabalho que irá subsidiar os processos avaliativos da

Enfam e das escolas judiciais e da magistratura, instituído por meio da Portaria nº 21 de 18/12/2014, do ministro João Otávio de Noronha, Diretor-Geral da Enfam. O grupo é formado por nove juízes (de diferentes estados brasileiros), uma assessora da Escola da Magistratura de Rondônia, o professor Erisevelton e os dois servidores da Esmec.

Para a Enfam, o que se pretende com a criação do grupo é aprimorar o processo de avaliação existente, buscando sempre a excelência da formação profissional dos magistrados que atuam como formadores nas escolas federais e estaduais, bem como das equipes pedagógicas que trabalham com o planejamento de ensino.

Na primeira reunião do grupo (dia 26/01/15), a secretária executiva da Enfam, Rai Veiga, afirmou que as dificuldades encontradas durante o

processo avaliativo nas escolas, a falta de planejamento global das instituições e de definição dos objetivos educacionais e institucionais são fatores que impulsionaram a necessidade de trabalhar melhor a prática do processo avaliativo. “A avaliação é o ponto central para o rompimento de práticas educativas indesejáveis. Por meio da formação, da educação é que a Justiça poderá se aprimorar”, destacou, em reportagem no site da Enfam.

Rai disse ainda que a elaboração de diretrizes para a avaliação da aprendizagem é vista como um desafio pela Enfam. Na oportunidade, colocou como meta para o grupo a formulação de sugestões que modifiquem o panorama da avaliação de aprendizagem para garantir a qualidade da formação e, conseqüentemente, a efetividade do trabalho do magistrado.



Grupo de Trabalho da Enfam.

DIVULGAÇÃO ENFAM

Themis lança edital para articulistas e pareceristas

A Revista Themis, periódico científico anual da Esmec, abriu Edital para submissão de artigos a serem submetidos a avaliação para publicação e inscrições para professores e pesquisadores interessados em atuar como pareceristas.

A partir do volume 13, a ser publicado ainda este ano, a revista passa a receber artigos em fluxo contínuo, os quais devem ser enviados por e-mail, obedecendo rigorosamente as regras de formatação e envio contidas no Edital.

Os artigos enviados até 30 de julho de 2015 deverão ser avaliados no período de julho a setembro e publicados no número da revista a ser



lançado no mês de outubro. Aqueles artigos que forem submetidos a avaliação após 30 de junho, serão publicados em outubro do ano subsequente.

A revista adota o sistema do “duplo cego” (*double blind review*) e tem como principal linha editorial temáticas relacionadas às áreas da “Justiça, Gestão Pública, Direitos Humanos e Educação”, e outras do interesse da Esmec.

Os artigos devem observar as normas da ABNT e os seguintes critérios: serem inéditos e relevantes para a comunidade acadêmica; conterem título do artigo, resumo e palavras-chave bilíngues; o resumo deve conter de 80 a 100 palavras; informar, abaixo do nome

completo do articulista (sem abreviatura), dados referentes à titulação, afiliação acadêmica ou profissional, indicando por extenso o nome da instituição; artigos devem conter de 10 a 30 páginas, no tamanho A4, com fonte Arial, tamanho 12, espaçamento entrelinhas 1,5 e nas citações longas, usar a fonte Arial, tamanho 10, espaçamento simples, recuo do texto de 4cm; ficam proibidas as notas de rodapé; comentários e outras anotações devem constar em notas de fim; será aceita apenas uma versão do artigo; o articulista deve realizar toda revisão que julgar necessária, inclusive metodológica, ortográfica e gramatical antes da submissão.

Mais Informações: Assessoria Pedagógica da Esmec, tel. (85) 3492.9138, ou pelo e-mail revista.themis@tjce.jus.br.

Presidente do Tribunal de Justiça garante apoio ao evento



Encontro no Gabinete da Presidência do Tribunal.

O desembargador Paulo Ponte reuniu-se no dia 27/02, em seu gabinete no Tribunal de Justiça (TJCE), com representantes da Justiça Federal no Ceará, Ordem dos Advogados do Brasil - seção do Ceará (OAB-CE) e Escola Superior do Ministério Público (ESMP), para uma discussão inicial em torno do ciclo de palestras e debates sobre o novo CPC.

Em seguida, as autoridades foram ao Gabinete da Presidente do TJCE, desembargadora Maria Iracema Martins do Vale, que deu total apoio à iniciativa. “É muito importante aperfeiçoarmos nossos estudos sobre as mudanças que virão com o novo CPC. A Presidência do Tribunal estará sempre apoiando tudo que

possa melhorar o Judiciário como um todo”, disse a Magistrada.

Participaram da reunião com o desembargador Paulo Ponte, e acompanharam o magistrado na visita à Presidência do TJCE, as seguintes autoridades: juiz federal Leonardo Resende Martins, Diretor do Foro da Justiça Federal no Ceará; promotor Benedito Augusto da Silva Neto, Diretor da ESMP; Tiago Asfor Rocha Lima, que representou o presidente da OAB-CE; Matheus Teodoro Santos, Assessor Técnico do TCM; e o juiz Aluísio Gurgel do Amaral, Coordenador Geral da Esmec.

A reunião serviu para acertar detalhes sobre o Termo de Cooperação Técnica, com vigência

de um ano, que foi assinado entre as entidades para a realização do ciclo, no dia 13 de março.

O ciclo de palestras e debates será destinado aos juízes estaduais e federais, membros do Ministério Público, advogados, servidores e à comunidade jurídica cearense em geral, mediante inscrição gratuita, distribuindo-se as vagas porventura remanescentes de forma equitativa entre as partes.

Podem aderir ao Termo de Cooperação instituições públicas ou privadas que atuem na área de educação, livreria, mídia impressa, falada ou televisada em redes abertas ou fechadas, bem assim sites ou provedores que manifestem interesse por escrito.



Promotor Benedito Silva, juiz Aluísio Gurgel, Des. Paulo Ponte, Tiago Asfor, Matheus Teodoro e juiz Leonardo Resende.

Esmec, Seplag/TJ e Uece discutem oferta de Especialização em Gestão Pública a distância

A Esmec vem discutindo junto com representantes do Tribunal de Justiça e da Universidade Estadual do Ceará (Uece) a possibilidade de ofertar o curso a distância Especialização em Gestão Pública, com foco em Administração Judiciária, destinado a magistrados e servidores da Justiça estadual.

Os detalhes vêm sendo discutidos em reuniões organizadas pelo juiz coordenador da Esmec, Aluísio Gurgel do Amaral Júnior.

No dia 25/02, foi realizado um encontro na Esmec que reuniu o Juiz Coordenador; o Assessor Pedagógico da Escola (Flávio José Moreira Gonçalves); o Secretário de Planejamento do TJCE, José Joaquim Neto Cisne; e o diretor da Divisão de Treinamento do TJCE, Edilson Baltazar Barreira Júnior, que representou a Secretária de Gestão de Pessoas do TJCE. No dia 03/03 nova reunião foi realizada,

na Reitoria da Uece. A previsão é que 300 vagas sejam ofertadas, destinadas tanto para a Capital como para os Polos de Aprendizagem da Esmec.



Aluísio Gurgel, Neto Cisne, Edilson Baltazar e Flávio Gonçalves.

DIREITO ELEITORAL

Escolas da Magistratura e Eleitoral firmam parceria para oferta de curso

A Diretora da Escola Judiciária Eleitoral (EJE), juíza de Direito Joriza Magalhães Pinheiro, reuniu-se com o Diretor da Esmec, desembargador Paulo Ponte, no dia 26/02, quando conversaram

sobre a parceria entre as instituições para a oferta de cursos. Participou do encontro o Juiz Coordenador da Esmec, Aluísio Gurgel do Amaral Júnior.



Des. Paulo Ponte e juízes Joriza Magalhães e Aluísio Gurgel.

Segundo a magistrada, já estão sendo ultimados os detalhes sobre o curso em Direito e Processo Eleitoral, que será realizado na Esmec, destinado a juízes e servidores do Judiciário estadual.

O convênio de cooperação técnica entre a Escola do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/CE) e a Esmec foi assinado em novembro do ano passado, pelos então dirigentes das duas instituições: desembargadora Maria Iracema Martins do Vale e desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo.

O desembargador Paulo Ponte ressaltou que sua função agora é “tornar efetivo o que foi acertado pelos dois magistrados”.

JUSTIÇA RESTAURATIVA

Diretor da Esmec recebe representantes da organização *Terre des hommes*

O desembargador Paulo Banhos Ponte, Diretor da Esmec, recebeu no dia 26/02, em seu gabinete, os dirigentes da organização não governamental *Terre des hommes Brasil* (Tdh) Anselmo de Lima (Delegado da Tdh no País) e Renato Pedrosa (Diretor Executivo). Participou também da reunião o Coordenador Geral da Esmec, juiz Aluísio Gurgel do Amaral Júnior.

direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Atualmente, nas regiões Norte e Nordeste, a Tdh desenvolve ações voltadas para uma justiça mais educativa que repressiva, contribuindo em abordagens inovadoras para a disseminação do paradigma da Justiça Juvenil Restaurativa, Protagonismo Juvenil e Mediação de Conflitos.

Na oportunidade, foi discutida a assinatura futura de um Protocolo de Cooperação Interinstitucional, que terá como objetivo geral promover a difusão dos princípios e das práticas de Justiça Restaurativa como estratégia de solução autocompositiva e pacificação de situações de conflitos, violências e infrações penais.

A Tdh Brasil faz parte da *Fondation Terre des hommes*, organização suíça com sede em Lausanne. Tem como missão a promoção, garantia e defesa dos



Des. Paulo Ponte, Anselmo Lima, Renato Pedrosa e Aluísio Gurgel.



Autoridades prestigiam solenidade

A solenidade de posse do desembargador Paulo Francisco Banhos Ponte como Diretor da Esmec recebeu inúmeras autoridades (dentre desembargadores, juízes, procuradores, conselheiros de Tribunais de Conta, advogados, defensores públicos etc.), além de servidores da Justiça estadual e familiares do magistrado.

O ato solene foi presidido pela desembargadora Maria Iracema Martins do Vale, chefe do Poder Judiciário estadual. Além do ritual de posse e discursos, os presentes foram brindados com a apresentação da Camerata da Universidade de Fortaleza (que executou o Hino Nacional brasileiro e a valsa Primavera, de Antonio Vivaldi) e um coquetel de encerramento.

A mesa de honra foi composta pelas seguintes autoridades: desembargadores Maria Iracema Martins do Vale (Presidente do TJCE), Francisco de Assis Filgueira Mendes (Vice-Presidente do TJCE), Francisco Lincoln Araújo e Silva (Corregedor

Geral de Justiça), Paulo Francisco Banhos Ponte (Diretor da Esmec) e Haroldo Correia de Oliveira Máximo (Ex-Diretor da Esmec); Juvêncio Vasconcelos Viana, Procurador Geral

Desembargador Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho (representando o Presidente do TRT-7ª Região); Luís Alexandre Albuquerque Figueiredo de Paula



Procurador Juvêncio Viana, Des. Iracema do Vale e Des. Paulo Ponte.

Pessoa, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (representando o Presidente do TCE); Domingos Gomes de Aguiar Filho, Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios (representando o Presidente do TCM); Antonio Alves de Araújo, Juiz de Direito e Presidente da Associação Cearense de Magistrados

do Estado (representando o Governador); Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado, Procurador Geral de Justiça; José Maria dos Santos Sales, Juiz de Direito e Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua; Jefferson Quezado Júnior,

(ACM); Valdetário Andrade Monteiro, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE); e Maria Angélica Cardoso Mendes Bezerra, Defensora Pública (representando a Defensora Pública Geral do Estado).



Cons. Alexandre Figueiredo, Des. Paulo Ponte, Des. Iracema do Vale e adv. Valdetário Monteiro.

TRECHOS DO DISCURSO DE POSSE

Magistrados não se improvisam, nascem. Suas vocações se aperfeiçoam a custa de inúmeros sacrifícios pessoais e de família. A sua grandeza intelectual depende da continuidade nos estudos e da perseverança na reflexão dos problemas das ciências a que se dedicam, cultivando-as com o mais acrisolado amor.



Democrata por convicção, nossa administração será levada a efeito dentro do plano do diálogo, ouvindo e examinando propostas para colocá-las em execução conforme for o caso, com o fito de tornar a atividade pedagógica mais fácil de ser assimilada, posto que legitimada pelos nossos pares.

Buscaremos soluções dentro e fora da Esmec, porque não acreditamos que uma administração de sucesso tenha êxito gravitando em torno de si mesma, se calando ao ouvir ideias e sugestões.

Buscaremos nos integrar com estabelecimentos sociais de educação, através de convênios ou outras modalidades de integração visando, dentro do princípio da reciprocidade, estabelecermos parcerias para criarmos uma situação nova, nos credenciando melhor para executar as propostas que nos serão submetidas.

Não destoaremos das metas traçadas pela Enfam, pelo CNJ e pela Presidência do TJCE, agregando à grade curricular da Esmec cursos teóricos e práticos do ordenamento jurídico brasileiro, pelo que já se infere como prioridade o estudo do novo Código de Processo Civil.

Além de inserções no campo das artes em todas as suas dimensões, evidentemente que tenham e sejam estudados dentro de uma ótica jurídica, viabilizaremos a capacitação de servidores, e investiremos nas atividades de teor social, notadamente com a comunidade contígua a essa sede.

Iremos propor uma atualização no Regimento Interno da Esmec, mantendo sua estrutura, tão bem idealizada pelo pranteado desembargador Júlio Carlos de Miranda Bezerra, apenas adequando-o a algumas peculiaridades que, ao longo do tempo, tornaram-se relevantes.

Estamos, pois, conscientes de que enfrentaremos muitos obstáculos, mas concebemos que com a união de todos os colegas, magistrados de primeiro e segundo grau, venceremos e atingiremos uma postura ética essencial para atingirmos nossos objetivos e darmos continuidade ao nosso projeto de vida sempre com altivez, preservando nossa autoestima em um patamar digno da nossa responsabilidade que tão bem exercemos.

Repercussão na mídia: jornais, TVs e internet destacam evento

A posse da Diretoria da Esmec para o biênio 2015-2017 (Desembargador Paulo Francisco Banhos Ponte como Diretor e Juiz Aluisio Gurgel do Amaral Júnior como Coordenador Geral) obteve grande repercussão nos meios de comunicação locais.

Além de reportagens e notas em colunas dos jornais Diário do Nordeste, O Povo e O Estado; a solenidade e as propostas do novo dirigente ganharam destaque na televisão e na internet (sites e blogs de notícias).

O programa “Judiciário em Evidência”, produzido pela Assessoria de Comunicação do

Tribunal de Justiça (TJCE), fez uma reportagem sobre o evento (ocorrido no dia 11/02), destacando as declarações dos dois magistrados sobre projetos e planos de ação para a Escola.

O programa foi transmitido em fevereiro

nas TVs Assembleia (dia 21), O Povo (22) e Fortaleza (23). A reportagem pode ser vista nos seguintes sites:

- www.youtube.com.br/tjceimprensa
- www.tjce.jus.br/servicos/servico_videos.asp
- <http://portais.tjce.jus.br/esmec/videos/>



Ex-dirigentes se reúnem com o Des. Paulo Ponte e apresentam sugestões

O desembargador Paulo Francisco Banhos Pontes, Diretor da Esmec, recebeu Ex-Diretores e Ex-Coordenadores Gerais da Instituição e ouviu uma série de sugestões para o aperfeiçoamento das atividades pedagógicas. O evento aconteceu no dia 11/03/15, na sala de reuniões.

Os magistrados reforçaram a importância do curso de formação inicial dos juízes ser realizado antes mesmo deles serem lotados nas comarcas, com a prática judicial sendo desenvolvida em varas do Fórum Clóvis Beviláqua; concordaram que a Esmec deve centralizar os treinamentos, cursos e outras atividades de formação e aperfeiçoamento de servidores; e defenderam a manutenção da periodicidade da Revista Themis, assim como a busca pelo selo Qualis.

Outras sugestões apresentadas: investir mais em Educação a Distância, para que os juízes possam acessar aulas e palestras promovidas pela Escola sem precisar sair da comarca; ofertar cursos e palestras para magistrados não apenas na área do Direito, mas que envolvam campos como Filosofia, Psicologia,

Sociologia e Literatura; reforçar o papel do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) e da Assessoria Pedagógica da Esmec; voltar a ofertar cursos de Especialização; e estudar a possibilidade de um curso de Mestrado em Direito, em parceria. Para o desembargador Paulo Ponte, a reunião foi muito proveitosa e um novo encontro será agendado. “Estou aqui mais para ouvir a experiência de cada ex-dirigente e suas sugestões. Nossa intenção é fazer uma administração compartilhada, com os Conselhos funcionando efetivamente e de forma propositiva”, resumiu.

Estiveram presentes à reunião os desembargadores Fernando Luiz Ximenes Rocha e Gizela Nunes da Costa, Ex-Diretores da Escola; o desembargador Washington Luís Bezerra de Araújo e os juízes Antonio Carlos Pinheiro Klein Filho, Emílio de Medeiros Viana, Marcelo Roseno de Oliveira e Mantovanni Colares Cavalcante, todos Ex-



Coordenadores. Participaram também do encontro o atual Coordenador Geral da Esmec, juiz Aluisio Gurgel do Amaral Júnior; e o Assessor Pedagógico, Flávio José Moreira Gonçalves.

JUÍZES DOS POLOS

O desembargador Paulo Ponte deverá também ter um encontro com os Juízes Coordenadores dos quatro Polos de Aprendizagem da Esmec, que deverão falar sobre a situação de suas unidades, tais como: estrutura física, atividades desenvolvidas, propostas pedagógicas e demandas das comarcas por cursos e palestras.

Serão convidados os seguintes Juízes Coordenadores: Ângelo Bianco Vettorazzi (Polo de Crato), Ricardo Alexandre da Silva Costa (Polo de Iguatu), Francisco Anastácio Cavalcante Neto (Polo de Sobral) e José Hercy Ponte de Alencar (Polo de Crateús).



Juiz Emílio Viana, juiz Mantovanni Colares, juiz Aluisio Gurgel, Des. Fernando Ximenes, Des. Washington Bezerra, Des. Paulo Ponte, juiz Antonio Carlos Klein, Des. Gizela Nunes e juiz Marcelo Roseno.



Conselheiro Domingos Aguiar, Des. Jefferson Quezado, procurador Ricardo Machado, Des. Paulo Ponte, Des. Lincoln Araújo, procurador Juvêncio Vasconcelos, Des. Iracema do Vale, Des. Fco. Filgueira Mendes, Des. Haroldo Máximo, juiz José Maria Sales, conselheiro Alexandre Figueiredo e juiz Antonio Araújo.

Des. Paulo Ponte: "Nossa gestão será voltada para o diálogo e a parceria"

O desembargador Paulo Francisco Banhos Ponte, da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), assumiu a direção da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec) no dia 11/02, para o biênio 2015-2017, comprometendo-se a exercer uma gestão voltada para o diálogo e a cooperação.

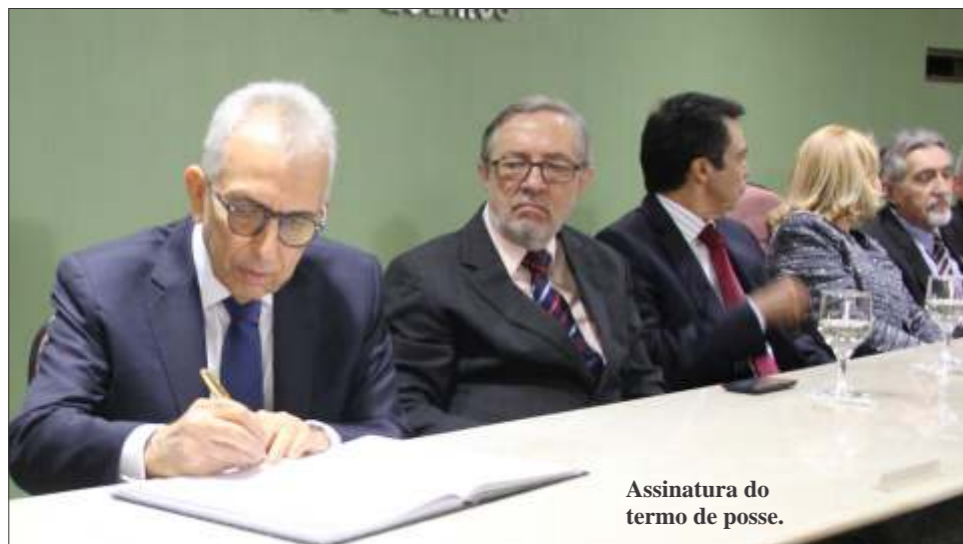
“Democrata por convicção, nossa administração será levada a efeito dentro do plano do diálogo, ouvindo

e examinando propostas para colocá-las em execução conforme for o caso, com o fito de tornar a atividade pedagógica mais fácil de ser assimilada, posto que legitimada pelos nossos pares”, afirmou, acrescentando que buscará parcerias “com estabelecimentos sociais de educação, através de convênios ou outras modalidades de integração, visando, dentro do princípio da reciprocidade, estabelecermos parcerias para criarmos uma situação nova, nos

credenciando melhor para executar as propostas que nos serão submetidas”.

Em um discurso voltado para a vocação, o mister e o aperfeiçoamento contínuo do magistrado, o desembargador Paulo Ponte disse que o desafio de dirigir a Esmec será grande mas, para dar eficácia ao modelo participativo, contará com o auxílio do desembargador Carlos Alberto Mendes Forte (futuro Vice-diretor da Escola) e do juiz coordenador Aluísio Gurgel do Amaral Júnior, além do apoio da Presidência do TJCE.

O Diretor da Esmec citou ainda outras prioridades de sua gestão: sintonia com as metas traçadas pela Enfam e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ); estudos sobre o novo Código de Processo Civil; ações voltadas para as artes e a responsabilidade social; atualização do Regimento Interno da Esmec; e desenvolvimento de atividades relacionadas aos 30 anos da Escola, que serão comemorados em 2016.



Assinatura do termo de posse.

QUEM SÃO OS NOVOS DIRIGENTES

DIRETOR

Natural de Fortaleza (Ceará), o desembargador Paulo Ponte é Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Pós-Graduado (Aperfeiçoamento, Especialização e Mestrado) em Direito Público (UFC). Oriundo do Ministério Público (foi Procurador de Justiça do Estado do Ceará), exerce o cargo de Desembargador do TJCE (1ª Câmara Cível) desde 26/11/2010. É professor adjunto da Faculdade de Direito da UFC e professor da Escola Superior do Ministério Público (da qual foi fundador e primeiro Diretor).

COORDENADOR GERAL

O juiz de direito Aluísio Gurgel do Amaral Júnior, titular do 20º Juizado Especial Cível e Criminal (JECC) de Fortaleza, é professor da Esmec e atuou como Juiz Formador no IV Curso de Formação Inicial para Juízes Substitutos, realizado de agosto de 2013 a junho de 2014. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Ceará (1986), Especialização em Processo pela Esmec/UFC (1995) e Mestrado em Direito pela UFC (2005). É professor-assistente da Unifor e membro da Academia Cearense de Literatura e Jornalismo (ACLJ).

Des. Haroldo Máximo faz balanço de sua administração



Na solenidade de posse da nova Diretoria da Esmec, o desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo, Diretor da Instituição no biênio fevereiro/2013-janeiro/2015, discursou sobre suas principais realizações à frente da Esmec e ressaltou as qualidades do novo dirigente.

Dentre as atividades desenvolvidas em sua gestão, o Des. Haroldo destacou a oferta de cursos e eventos diversos, objetivando a capacitação e o aperfeiçoamento contínuo de magistrados e servidores, com destaque para o IV Curso de Formação Inicial de Juízes; ações de EaD e criação dos Polos de Aprendizagem no Interior; palestras com personalidades de renome internacional, como o jurista português Jorge Miranda e o escritor Ariano Suassuna; regularização da periodicidade

da Revista Themis; autonomia financeira da Esmec; recredenciamento da Escola junto ao Conselho Estadual de Educação; ações de responsabilidade socioambiental etc.

Sobre seu sucessor (o Des. Paulo Ponte), o desembargador Haroldo disse tratar-se de um “professor abnegado, com larga folha de serviços prestados à Universidade”, a quem desejou muito sucesso. Disse ainda que o novo Diretor terá “a capacidade de ir além, para o que contará, por certo, com o apoio incondicional do Tribunal de Justiça, em especial de sua Presidente, cujos primeiros dias no cargo já são suficientes para revelar que se antevê uma gestão de abertura, diálogo, harmonia, tratamento cortês, respeitoso, firme e republicano, em defesa do engrandecimento do Poder Judiciário”.